



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIENCIAS DA SAUDE – FACS
CURSO DE PSICOLOGIA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
ORIENTADOR: CARLOS AUGUSTO MEDEIROS

Fanatismo como Comportamento Social

FERNANDA SILVA DE SOUZA
RA: 2012542 – 1

Brasília,
Novembro / 2005

FERNANDA SILVA DE SOUZA

FANATISMO COMO COMPORTAMENTO SOCIAL

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Psicologia do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Professor Orientador Carlos Augusto Medeiros.

Brasília,
Novembro / 2005

PENSAMENTO

“Os que estão habilitados a combater maldosamente, em guerra privada, contra os fiéis, lutem contra os infiéis, e levem a um fim vitorioso a guerra que devia ter começado a tempo. Os que até agora viviam de brigas se convertam em soldados de Cristo. Os que até agora eram mercenários por negócios sórdidos, ganhem no presente as recompensas eternas. (...) De um lado estarão os miseráveis, do outro, as verdadeiras riquezas; aqui os inimigos de Deus, lá, os seus amigos”.

Papa Urbano II, 1095 – discurso para convocação de soldados de Deus para a primeira Santa Cruzada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Fernando Celso Gomes de Souza e Ana Lúcia Silva de Souza, pela estrutura de vida que puderam me proporcionar, que permitiu tornar-me quem sou e alcançar uma das principais etapas de minha vida. E ao meu irmão, Rafael, por dividir comigo impressões e experiências advindas da educação a nós oferecida, e por competir comigo pelos melhores pedaços dela (afinal, porque não?).

Agradeço aos meus avós maternos, Edivaldo Gabriel da Silva e Izaura Ramos da Silva, pelos ensinamentos sutis pescados em conversas curtas; muitos se confirmaram até agora. Aos meus avós paternos, Antônio Castro de Souza – falecido antes de meu nascimento – e Maria Gomes de Souza – que pude conhecer ainda criança –, agradeço pelas histórias que hoje podem ser contadas em reuniões de família, e pelos exemplos de conduta a mim passados em seus nomes.

Aos tios, Júlio (em memória), Mário e Carlos Renato, e tias, Edna, Lêda, Nice e Célia, incluindo ainda, meu padrinho, Sérgio Luiz, e minha madrinha, Maria do Carmo, agradeço pelo carinho a mim oferecido sempre que houve chance; em especial, agradeço ao meu tio Antônio Carlos Gomes de Souza que, além dos agrados, por um elogio ou por se lembrar de mim quando leu um artigo de revista, deu um grande apoio para a produção deste trabalho de conclusão de curso.

Agradeço aos primos Gabriel, Felipe, André Luiz, Lucas e Carlinhos, e primas, Dulce, Cristina, Gabriela, Camila, somando Giovana, Bárbara e Marina, pelos momentos que passamos até agora, em que a risada sempre foi garantida.

Agradeço aos amigos pelas conversas, pelos conselhos (bons ou ruins, comprados ou não), pelo companheirismo atemporal, enfim, por fazerem parte da minha vida. De maneira especial, agradeço a Davi Martins Costa Damasceno, meu namorado – que foi um amigo, acima e antes de tudo –, pela dica que levou à escolha desse tema, e pelo colo e afeição dados sempre que solicitado.

Agradeço aos colegas de turma, que passaram comigo as mais diversas situações durante esses cinco anos de curso; muitas hilárias, mesmo quando trágicas. Agradeço especialmente às “meninas”: Ana Paula, Cristiane, Fabiana, Fabiane, Ilma, Neuza e Sandra, que deixaram de ser colegas e viraram grandes amigas.

Agradeço ao professores, pelos ensinamentos, acadêmicos ou de vida, que me ofereceram. Honestamente, alguns tiveram maior representatividade em minha história acadêmica, pois mostraram, além de grande conhecimento em suas áreas de atuação, atitudes fortes. Por forte não digo rígida ou outro significado negativo que possa ser remetido, mas forte no sentido de que foram marcantes.

Agradeço notadamente ao professor Carlos Augusto, que orientou a elaboração deste trabalho de conclusão de curso de forma serena, atenciosa, e alinhada, apesar da pressão sofrida tanto por ele quanto por mim.

E, sobretudo, agradeço a Deus por ter colocado em meu caminho obstáculos e provações que, pela frustração, me fortaleceram; por ter colocado em minha vida as pessoas, todas, que, por qualquer motivo, me ajudaram a trilhar o caminho correto; e por essa etapa ter encerrado, me permitindo começar outras – em que outros obstáculos e provações me encontrarão, outras pessoas me influenciarão e em que eu, sem dúvidas, me transformarei.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tratou do fanatismo como comportamento social, dentro da visão da análise do comportamento. A cultura, o comportamento social, o comportamento verbal e os comportamentos governados por regras foram explanados para que, finalmente, se pudesse analisar os fenômenos ditos “fanáticos” exemplificados, como comportamentos sociais. É foi incluído ainda o conceito de metacontingência, utilizada como unidade de análise das práticas culturais. Notou-se que as discussões sociais sobre o “fanatismo” são, freqüentemente, tendenciosas e reducionistas, amparadas por informações restritas sobre essas práticas.

SUMÁRIO

Pensamento.....	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Sumário.....	ix
Introdução	7
Capítulo 1 – Cultura e História	9
Capítulo 2 – Comportamento Social	17
Capítulo 3 – Comportamento Verbal	23
Capítulo 4 – Comportamento Governado por Regras	26
Capítulo 5 – Fanatismo	30
Conclusão	42
Bibliografia	44

O fanatismo se tornou tema de diversas discussões sociais devido à ocorrência de atentados terroristas, atos extremistas de seitas religiosas, entre outros fatos de grande apelo histórico e cultural, tais como santas cruzadas e movimentos raciais excludentes. É notável que, em tais discussões, o termo fanatismo assumiu um significado relacionado a “terror” e “loucura”. Todavia, é importante perceber que existem, em todos os lugares, indivíduos extremamente dedicados a todo tipo de atividade. Há o “fanático” por compras, o “fanático” por trabalho, o “fanático” pela pessoa amada, entre outros.

O que motiva essa dedicação exaltada precisa ser investigado para que se possa entender se o fanatismo se refere a uma distorção de prioridades e princípios ou se é um rótulo que a sociedade coloca no comportamento de grupos e pessoas que se diferenciam da maioria. Ainda, é apropriado refletir sobre até que ponto classificar pessoas e seus atos como fanáticos não é também uma forma de discriminação e preconceito.

As denominações, os rótulos dados às pessoas e aos grupos são ferramentas usadas pela sociedade para diferenciar um de outro e então facilitar sua identificação. O problema está na generalização das qualidades atribuídas a cada classe identificada. É daí que surgem os pré-conceitos. Deixa-se de lado uma das primeiras lições da filosofia, exemplificada em frases como: “toda girafa é um animal, mas nem todo animal é uma girafa”. Na ordem dos comportamentos, é perigoso dizer até mesmo que “toda girafa é um animal”. Por trás de cada comportamento existem fatores individuais que não permitem generalizações.

A análise comportamental defende que o comportamento de um indivíduo é regido, principalmente, por contingências referentes a sua história pessoal e ao ambiente em que se encontra. Sob esta ótica, o comportamento classificado como fanático pode ser visto como um comportamento qualquer, numa análise desprovida de julgamentos morais, que aponta uma dinâmica natural para explicá-lo.

Vários movimentos “fanáticos” são compostos por grupos, o que torna a análise um pouco mais complexa, pois sendo assim, deve-se pensar em um conjunto de contingências relacionadas a comportamentos diversos. As contingências se interligam num ambiente social, os comportamentos se vinculam e os membros do grupo

gratificam ou punem os comportamentos uns dos outros. Como em um ciclo, padrões de comportamento surgem dentro de um grupo e passam a caracterizá-lo.

Assim sendo, neste trabalho, os diferentes comportamentos sob o rótulo de fanatismo foram abordados como comportamentos sociais. Foram discutidas as propriedades dos comportamentos sociais, e a ocorrência de comportamentos “fanáticos” em diversos períodos da história como forma de exemplificar a teoria sugerida na análise comportamental.

DESENVOLVIMENTO

Capítulo 1 – Cultura e História

A cultura é um fator fundamental para o estudo comportamento humano, ela faz parte do contexto ambiental. Seu conceito tem sido analisado e constantemente reformulado pela antropologia. Edward Tylor (1871, citado conforme Laraia, 2000) foi o primeiro estudioso a definir o conceito de cultura. Para ele, a cultura seria “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos *adquiridos* pelo homem como membro de uma sociedade” (Pág. 25). A palavra “adquiridos” marca a idéia de que a cultura seria aprendida ao longo da vida. John Locke (1978, citado em Laraia, 2000) foi um defensor dessa idéia, dizendo que o homem, quando nasce, é como uma caixa vazia, e tem um grande potencial para armazenar conhecimentos. Locke disse ainda que: “nenhuma ordem social é baseada em verdades inatas, uma mudança no ambiente resulta numa mudança no comportamento” (Harris, 1969, citado por Laraia, 2000, pág. 26).

No ponto de vista antropológico, a cultura é um fenômeno natural, regido por leis de causa e efeito, com regularidades observáveis, que pode ser analisada pela ciência natural. Franz Boas (1896, citado em Laraia, 2000) pesquisava a história de civilizações, observando o desenvolvimento cultural de cada uma. Ele buscava perceber que leis regiam a cultura de dada sociedade, para que depois pudesse, por meio de comparação entre uma sociedade e outra, descobrir a origem de alguns traços socioculturais. Com estes estudos, Boas percebeu que cada cultura possui caminhos próprios, e os seguem em função dos eventos específicos enfrentados em sua história (Boas, citado conforme Laraia, 2000).

Em relação ao homem, a cultura funcionaria como seletora de comportamentos, que são modelados de acordo com os costumes locais e suas determinadas práticas de reforçamento. Como qualquer animal, o homem é um ser biológico, possui necessidades básicas como alimentação, respiração, sono, atividades sexuais. Porém, a forma de satisfação de tais necessidades variaria de uma cultura para outra, pois o

homem aprende como se comportar apesar de suas heranças genéticas (Skinner, 1953/2000).

A antropologia moderna, apesar de divergências teóricas, defende que “culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos” (Laraia, 2000, págs. 60 – 61), que envolveriam todo tipo de organização social, de econômica à religiosa; que “os componentes ideológicos dos sistemas culturais podem ter conseqüências adaptativas no controle da população, da subsistência, da manutenção do ecossistema etc.” (Laraia, 2000, pág. 61); e que a mudança cultural equivale primeiramente a um processo de seleção comportamental, regido pelas mesmas leis de uma seleção natural biológica (Laraia, 2000).

Pode-se entender, então, que cultura nada mais é que um conjunto de regras, idéias e contingências sociais selecionadas ao longo da história particular de cada civilização, passadas a diante, que governam o comportamento do homem. Essa seleção é contínua, ou seja, a cultura é sempre modificada ao longo da história, seja por mudanças dentro do próprio sistema social, seja pelo encontro de duas ou mais culturas. Essas mudanças podem ser percebidas ou não, dependendo da velocidade com que ocorrem ou da importância de um dado evento histórico (Laraia, 2000).

A história mostra vários exemplos de como a cultura modela, controla e até justifica o comportamento de uma sociedade. Um desses exemplos é a caça às bruxas realizada pela Igreja Católica, instituição cultural dominante por volta do século XIV.

Segundo Pinsky e Pinsky (2004), “a fúria inquisitorial em relação às bruxas pode ser compreendida a partir de uma questão mais ampla: o papel da mulher na visão cristã da época” (Pág. 51). Além disso, era um período em que a crença Católica estava ameaçada por fenômenos como epidemias e pestes, tempos de privações e revoltas sociais, e o surgimento da vertente protestante. A Igreja alegava que o demônio utilizava-se de todos os disfarces e instrumentos para atacar a humanidade, inclusive os mouros, os judeus convertidos em cristãos e as mulheres, “apresentadas como agentes privilegiados de Satã” (Pinsky & Pinsky, 2004, pág 51). A mulher, partilhando da natureza fraca de Eva – que teria nascido de uma costela torta de Adão – estaria mais susceptível às influências demoníacas (Pinsky & Pinsky, 2004).

Manuais de caça às bruxas foram criados, e citavam características estereotipadas das feiticeiras para que elas pudessem ser facilmente reconhecidas. O receio em relação à feitiçaria era tanto, que até mesmo o pouco poder que as mulheres detinham nas sociedades medievais e modernas era visto com desconfiança. As mulheres não possuíam poder público algum, sua função era cuidar da casa e dos filhos, e detinham conhecimentos caseiros, como receitas de chás de ervas que ajudavam na cura de doenças. Essa representatividade acanhada do sexo feminino na sociedade passou a ser vista como uma estratégia do demônio, uma dissimulação para o exercício de um poder indireto, que assustava aos homens.

Com o desenvolvimento da medicina oficial, as acusações contra as curandeiras das aldeias aumentaram. A taxa de mortalidade neonatal era muito alta, fato que ia contra as parteiras da época, que “permitted” que crianças morressem antes mesmo de serem batizadas. As mulheres estéreis eram vistas como amaldiçoadas por não poderem se redimir da força pecadora que as seguiam desde Eva, e esta só se redimia perante a maternidade – e a maternidade estaria mais ligada à figura de Maria, mãe imaculada de Deus. A maquiagem era tida como uma isca para homens e, seduzindo um homem, a mulher fazia com que eles a adorassem, praticando heresia (Pinsky & Pinsky, 2004).

Além de fatos distorcidos, o imaginário dos homens da época aumentava ainda mais o suposto poder da feitiçaria. Pinsky e Pinsky (2004) citam que a bruxa era vista como causadora de “impotência masculina, doenças em animais, pragas em plantações, de paixões desenfreadas e incontroláveis, de dores de cabeça, abortos, derrotas militares e fracassos de todo tipo” (Pág. 55). Ainda lhes creditavam que devorassem crianças, a possibilidade de voar e que “beijassem o traseiro do demônio, durante os cultos de adoração” (Pág. 55).

Já no Brasil, o imaginário tomou conta da situação. Coexistiam aqui a Igreja Católica, os indígenas e as religiões africanas. Isso somado à natureza totalmente nova para os colonizadores fez com que tudo fosse associado à bruxaria, como uma forma de explicação. Os escravos eram responsabilizados por tudo que acontecia de ruim nas fazendas, desde pragas nas plantações até desgraças pessoais. A feitiçaria das religiões africanas se tornou mais um motivo para que se tratasse os negros com

violência. Além deles, eram perseguidos como feiticeiros: os índios, que tinham seus costumes nativos vistos com desconfiança, e os cristãos-novos, pelos mais variados motivos, tais como vingança e controle social (Pinsky & Pinsky, 2004).

Em uma visão mais global da situação, pode-se notar que vários fatores contribuíram para a prática cultural de caça às bruxas. Prática iniciada e incentivada pela Igreja Católica, uma instituição cultural, e alimentada pela imaginação popular e por fatores sociais, como a representação distorcida da mulher na sociedade, o enfraquecimento da religião Católica, além de questões econômicas relativas ao período histórico de cada sociedade praticante.

Outro exemplo, agora mais recente, de prática cultural que influencia o comportamento de grupos é a prática das torcidas organizadas em relação a seus respectivos times de futebol. Neste caso, não existe uma Instituição cultural poderosa que rege as leis de conduta, e sim grupos, institucionalizados e organizados de pessoas que se relacionam e que formam uma cultura própria.

Pinsky e Pinsky (2004) fazem uma diferenciação entre torcedor e torcida: torcedor seria uma “pessoa que declara ato de fidelidade eterna para um determinado time de futebol, (...) caracterizada pela relação de identificação torcedor-time [enquanto que torcida seria] o agrupamento de torcedores que se associam a um determinado grupo, descaracterizado pela identificação torcedor-time, mas vinculado à relação institucional torcedor – torcida – time” (Pinsky & Pinsky, pág. 273).

Esses autores definem, ainda, a torcida organizada como:

Um agrupamento de pessoas simpatizantes de um clube de futebol, sem fins lucrativos, estruturado de forma relativamente burocrática, com o objetivo de incentivar o time durante os jogos e defender a integridade do grupo nos momentos de confrontos físicos ou verbais com adversários (Pinsky & Pinsky, 2004, pág. 264).

Os grupos teriam quadros administrativos, determinados por meio de votação, pelos associados, constituídos por presidente, conselheiros e diretores; esse quadro administrativo seria responsável pela elaboração de estratégias e táticas de ataque e defesa para os momentos de conflito com outras torcidas, o que revelaria uma imagem militarista das torcidas organizadas.

A origem das torcidas organizadas nunca foi datada com precisão. “Os prenúncios do surgimento desses grupos se confundem com o processo de profissionalização do futebol” (Pinsky & Pinsky, 2004, pág. 273). Então, para que se entenda melhor o processo de criação das torcidas organizadas, deve-se conhecer o processo de desenvolvimento do futebol no Brasil, e como esse esporte foi, por vários momentos, relacionado com o cenário político brasileiro.

O período do fim do século XIX ao início do século XX foi marcado pela chegada de imigrantes europeus ao Brasil. Esses imigrantes, concentrados nas grandes cidades, ajudaram direta ou indiretamente na promoção de variados esportes e na fundação de clubes esportivos. Dentre eles, marcadamente, o futebol. Paralelamente, o Brasil passava por um momento de modernização tanto social quanto econômica, marcado pelo fim do trabalho escravo e sua substituição pela mão de obra livre – em que a utilização de mão de obra imigrante era evidente – e ainda, pelo estabelecimento do regime republicano (Ribeiro, 2002).

Ribeiro (2002), afirma que os clubes formados nessa época, sendo alguns deles: São Paulo Futebol Clube (1888), Fluminense (1902), Grêmio Porto Alegre (1903), Botafogo (1904), Internacional (1909), Flamengo (1911), Corinthians (1913) e Palmeiras (1914), que tinham, quase todos, origem nas elites sociais e conseguiram se firmar, enquanto que outros se extinguiram por dificuldades financeiras. A formação dos clubes de futebol tanto quanto a imigração européia eram vistas pela sociedade brasileira como parte da modernização civilizadora pela qual ela passava. O autor afirma ainda que “o desenvolvimento de práticas esportivas em geral passou a ser considerado uma forma de atenuar as tensões políticas” (Ribeiro, 2002, pág. 2).

Já no período de 1930 a 1945, historicamente denominado “a era Vargas”, ou ainda, “a ditadura Vargas”, o Brasil passou por uma reconstrução de sua identidade nacional, em que a sociedade era pensada como uma unidade a ser governada por um grupo de dirigentes. O discurso do presidente Vargas mostra claramente essa nova identidade nacional:

O estado não conhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não têm direitos, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado, sobrepondo-se à luta de interesses, garante só os

direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela. O Estado não quer, não reconhece a luta de classes. As leis trabalhistas são leis de harmonia social (Presidente Vargas, comunicação pessoal conforme citado por Ribeiro, 2002, pág. 3).

O futebol já se mostrava como um fenômeno popular de massa e, por isso, foi considerada parte essencial a ser atingida pelas novas regras disciplinares impostas pelo governo. Uma das medidas tomadas foi a profissionalização do jogador de futebol e sua conseqüente sindicalização. Os reflexos dessa medida no futebol em si foram a regulamentação dos clubes e o aumento da participação de jogadores, sendo a maioria deles pobres e negros. Na esfera social, houve o surgimento da identidade mulata do povo brasileiro. Todavia, essa identidade era conflitante com os interesses políticos (Ribeiro, 2002).

Estudos sobre as torcidas organizadas no Brasil indicam que, na década de 40, surgiram reuniões de torcedores que realizavam “festas” nos estádios de futebol, nas quais cantavam marchinhas de carnaval. O que diferencia essas reuniões de torcedores das torcidas organizadas mais recentes é justamente a ausência de uma organização burocrática, com quadros administrativos (Pinsky & Pinsky, 2004).

Por volta dos anos 60, num período de novas modificações políticas no Brasil, com a construção de Brasília, o desenvolvimento de uma ligação rodoviária entre as grandes cidades e a instalação de indústrias pesadas (Ribeiro, 2002), a parte carnavalesca da torcida foi se modificando.

Ribeiro (2002), afirma que “o alto custo social dessa modernização – na medida em que endividava o país, pressionava pela alta taxa de inflação e aumentava a desigualdade social –, colocou em xeque o frágil pacto social populista, que dava, até então, alguma sustentabilidade ao modelo econômico” (Ribeiro, 2002, pág. 5). Esse desequilíbrio social levou ao período da ditadura militar. Esse regime político tentou utilizar o futebol em negociações políticas, ou como um símbolo de nação forte e imbatível. O militarismo passou a ser base também da direção dos clubes de futebol, que agora deveriam ter sua natureza mulata controlada racionalmente. O técnico da seleção brasileira de 1977 era Cláudio Coutinho, capitão da reserva do Exército, que

defendia que sua formação militar foi de grande importância para a liderança a ele incumbida.

Na situação das torcidas organizadas, a primeira transformação percebida foi uma mudança de local dentro dos estádios. As torcidas deixaram os lugares mais “privilegiados” nos estádios para ocuparem as arquibancadas, locação mais popular (Pinsky & Pinsky, 2004).

A década de 80, no Brasil, foi marcada por manifestações sociais nas ruas, pedindo a redemocratização e as eleições diretas. Ribeiro (2002) diz ainda que “a globalização não só colocou em xeque algumas utopias como expôs a fragilidade das instituições brasileiras, em grande parte fundada numa tradição elitista e autoritária” (Ribeiro, 2002, pág. 8). O mercado internacional se tornou imensamente competitivo, fato que interferiu nos interesses comerciais das redes de televisão e das empresas investidoras, e conseqüentemente, levaram os clubes de futebol a se submeterem a eles (Ribeiro, 2002).

Nos estádios, bandeirões, faixas e adereços começaram a aparecer; coreografias ensaiadas também faziam parte do espetáculo das torcidas. A partir daí houve uma mudança de atitude desses grupos. Marca-se aí o surgimento das torcidas organizadas como são reconhecidas pela sociedade mais recentemente, que com “comportamentos agressivos, passaram a disputar nas arquibancadas o título de mais vistosa, com amplo uso de bandeiras imensas, coreografias e ‘gritos de guerra’ provocando o time adversário” (Pinsky & Pinsky, 2004, pág 265).

Pinsky e Pinsky (2004) afirmam que a força e a violência são aspectos que atribuiriam respeitabilidade e poder às torcidas organizadas. E conforme aumentam os atos de violência das torcidas, mais aumentaria o número de associados, supostamente “atraídos pelo prazer proporcionado pela convivência com os membros e pela sensação de pertencer a um grupo aparentemente forte e coeso” (Pinsky & Pinsky, 2004, pág 268).

Essa violência entre as torcidas organizadas não estaria, porém, desligada dos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais vivenciados tanto individualmente, quanto em grupo pela sociedade brasileira. O presidente da torcida organizada “Mancha Verde”, fundada em 1983, diz que:

Escolhemos o nome “Mancha Verde” com base no personagem “Mancha Negra” do Walt Disney, que é uma figura meio bandida, meio tenebrosa. A gente precisava de uma figura ideal e de pessoas que estivessem a fim de mudar a história. Na época, a gente tinha uns 13/14 anos de idade e muita vontade, muita garra e na base da violência. A gente deve ter exagerado um pouco, porém, foi um mal necessário. A gente conseguiu o nosso espaço e adquirimos o respeito das demais “torcidas” (Serdan, em comunicação pessoal conforme citado por Pimenta, 2000, pág. 5).

Paulo Serdan diz ainda, em relação às torcidas organizadas que:

A imprensa cria fatos que não existiram, mas a gente já tá acostumado com isso. O lance é que o jornal tem que vender. Se as torcidas organizadas cresceram muito, a imprensa ajudou muito também, porque essa molecada de hoje em dia, de 13, 14, 15 anos, não têm um ideal, nem um ideal político, nada (Pimenta, 2002, pág. 5).

Para ele, a violência das torcidas pode ser gerada por fatores diversos, desde a infra-estrutura dos estádios, passando pela atitude da polícia em relação aos torcedores, até uma provocação do árbitro auxiliar da partida (Pimenta, 2002).

A partir dos anos 90, a violência seria vista como a principal característica constitutiva das torcidas organizadas. Um membro de torcida organizada teria seu status avaliado pela sua atuação nos conflitos, pela frequência às reuniões e pela agressividade (Pinsky & Pinsky, 2004).

Os dois exemplos citados mostram bem como a relação entre comportamento e cultura acontece. A cultura dita as regras para o comportamento e, ao mesmo tempo, os comportamentos dos indivíduos no grupo alteram essas regras e, por consequência, a cultura em si.

Capítulo 2 - Comportamento social

Comportamento social é a denominação dada ao comportamento de duas ou mais pessoas relacionado ao ambiente comum ou a alguém (Skinner, 1953/2000). Sua análise é complexa, pois envolve inúmeras variáveis. A cultura, a economia, e outros fatores sociais fazem parte de um ambiente comum a uma população, influenciando constantemente seu comportamento como uma sociedade.

Segundo Skinner (1953/2000), o comportamento social se origina porque um organismo é importante para outro como parte de seu ambiente. É importante inicialmente considerar o ambiente social e quaisquer aspectos que possua para que se possa analisar o comportamento do indivíduo. Não se pode esquecer que é o indivíduo quem se comporta de acordo com os mesmos processos usados em uma situação não-social. Ou seja, deve-se perceber as contingências – vinculação entre eventos ambientais ou de eventos comportamentais com eventos ambientais (Catania, 1999) – que influenciam o comportamento do indivíduo.

A análise do comportamento diz que uma pessoa se comporta sob controle das conseqüências de seus comportamentos, conseqüências essas que são produtos de suas ações no ambiente estimulador. Uma pessoa em um ambiente frio, por exemplo, pode comportar-se para se aquecer, seja procurando abrigo, vestindo um casaco, ou mesmo, esfregando as mãos. Além do ambiente atual, outro determinante de seu comportamento é sua história passada nas mesmas condições. Se anteriormente, numa situação de frio, ela esfregou as mãos e não conseguiu se aquecer, provavelmente agora ela procurará abrigo. Esse é um exemplo simples, que não abrange outras tantas contingências que levariam a outras formas de comportamento.

Uma pessoa num meio social continuará se comportando, estimulada pelo ambiente e buscando conseqüências reforçadoras. Só que nesse caso, o ambiente reforçador abrange outras pessoas e seus vários comportamentos.

Pelo processo de reforçamento, o grupo adquire o poder de determinar o que é “certo” ou “errado”, construindo uma ética própria a ser seguida por seus componentes. Desta forma, cria-se uma “cultura” do grupo. E a cultura, nesse caso, envolveria as contingências de reforçamento e punição social, oferecidas ao indivíduo pelo grupo. Os

indivíduos submetidos a essa cultura aprendem, então, a se comportar como a maioria, com os usos, costumes e regras estabelecidas pelo grupo (Skinner, 1953/2000).

A determinação do que é certo, errado, bom ou mau dentro de um grupo não é comumente estabelecida em termos claros ou bem delimitados. O que determinaria um dado comportamento como aceitável, ou não, seria a reação que este causa nos outros indivíduos do grupo. E, ainda, o mesmo comportamento pode acarretar reações divergentes dentro do grupo, pelos mais diversos motivos. O ambiente em que o grupo se encontra, acontecimentos anteriores ou até mesmo o status do indivíduo na organização do grupo, podem influenciar a aceitação de um comportamento, por exemplo (Skinner, 1953/2000).

De acordo com Skinner (1953/2000), “usos e costumes muitas vezes derivam de circunstâncias que têm pouca ou nenhuma relação com o efeito final sobre o grupo” (Pág. 463). Exemplificando: as condições geográficas em que uma sociedade se encontra cobram dela comportamentos para que se adapte e sobreviva, como o tipo de roupas que devem ser usadas, os alimentos que devem ser consumidos, entre outros. Além disso, os recursos naturais dispostos por essa sociedade – em consequência das condições geográficas – determinam as decisões políticas e econômicas que devem ser tomadas pelos líderes e, enfim, seguidas por todos, originando uma prática cultural.

A origem de uma prática cultural não a torna mais ou menos eficiente dentro de uma sociedade. Seja acidental ou programada, nativa ou oriunda da fusão com outros grupos sociais, as práticas sociais passam a caracterizar a sociedade e são governadas por suas consequências a longo prazo (Skinner, 1953/2000). Por exemplo, o carnaval é, fundamentalmente, uma festa pagã que tem por finalidade celebrar os prazeres mundanos. O catolicismo condena os prazeres mundanos, de acordo com os preceitos bíblicos. Possivelmente, o carnaval fora, um dia, maldito pela Igreja. Porém, atualmente é uma festa adotada como costume no Brasil – país em que a maioria da população se diz católica – e é celebrado por todos que se mostrem dispostos.

Assim como o comportamento individual é governado por suas consequências, o comportamento do grupo é governado por consequências que afetam a todos em comum. Apesar dessa semelhança entre o comportamento individual e a prática cultural, suas análises se diferenciam. Enquanto que na análise do comportamento

individual observam-se as contingências individuais, na análise das práticas culturais, segundo Todorov, Martone & Moreira (2005), devem-se observar as metacontingências.

Segundo Glenn (1991, citado conforme Todorov & cols, 2005), a prática cultural é uma repetição de padrões comportamentais entre indivíduos contemporâneos e entre gerações de indivíduos em um mesmo contexto sociocultural. A autora ainda afirma que, “fenômenos culturais são construídos por fenômenos comportamentais, o que não quer dizer que possam ser reduzidos aos fenômenos comportamentais” (Glenn & Malagodi, 1991, citado conforme Todorov & cols, 2005, pág. 131). Por se tratarem de comportamentos individuais interligados, as práticas culturais devem ser analisadas observando-se as metacontingências que “são relações contingentes entre práticas culturais e suas conseqüências. (...) Elas consistem em contingências individuais interligadas, entrelaçadas, em que todas elas juntas produzem um mesmo resultado a longo prazo” (Pág. 38). Sendo esse resultado a longo prazo o elo comum entre os comportamentos individuais em uma metacontingência. Sem esquecer que os comportamentos individuais relacionam-se em contingências individuais específicas e, geralmente, mais imediatas.

Um exemplo simples de como os comportamentos individuais se interligam em uma metacontingência é a fabricação de sapatos. Cada um dos funcionários de uma fábrica de sapatos possui uma função específica, e para a realização de tal função, emite os comportamentos necessários e, em relação à produção do sapato, apenas esses comportamentos. Ao fim do período X de produção, os comportamentos específicos de todos os funcionários resultam em um sapato pronto, e esse seria o produto agregado da metacontingência.

Para uma melhor visualização, considere-se que um funcionário “A” tenha como função o corte do couro, um funcionário “B” tenha como função costurar o couro cortado na sola já pronta, dando formato ao sapato, e um funcionário “C” tenha a função de por o sapato na caixa:

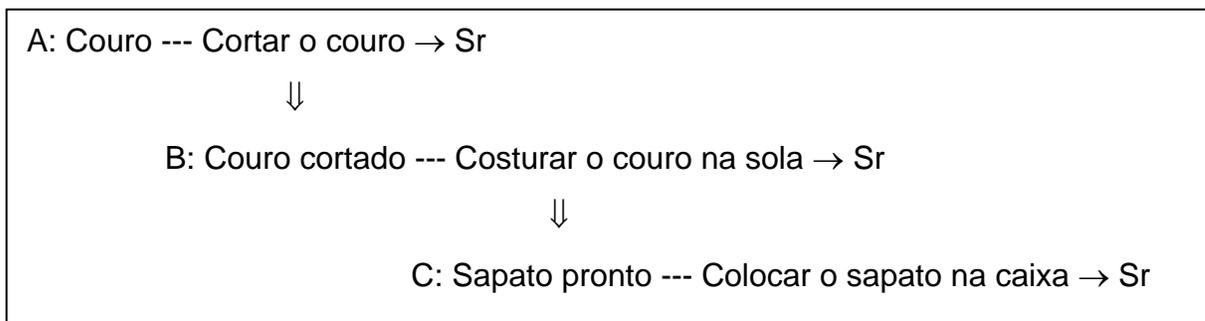


Figura 1: Representação de contingências entrelaçadas na produção de um sapato (adaptado de Figura 1, pág. 133, em Todorov, 2005)

A consequência comum a longo prazo, neste exemplo simples, seria o sapato pronto dentro da caixa. Cada um dos funcionários, por outro lado, obteve uma consequência imediata particular, que, no caso, poderia ser um salário (Sr+) ou uma crítica (Sr-) de um supervisor.

Relembrando o caso da caça às bruxas, citado no Capítulo 1, percebe-se que o comportamento dos inquisidores eram reforçadores para a Igreja Católica, e esta instituição fornecia reforçadores outros para os inquisidores.

Abreviando as relações estabelecidas nessa prática cultural, para uma melhor visualização desta troca, pode-se dizer que o episódio envolvia: a feiticeira, o inquisidor e a Igreja Católica – somada a seus fiéis seguidores. Esquematizando o episódio tem-se que: o comportamento da feiticeira serve de estímulo discriminativo para ação do inquisidor; essa ação do inquisidor, ao mesmo tempo em que prejudica a feiticeira, é apoiado pela Igreja e pelos católicos. Deve-se evidenciar aqui que a feiticeira não é um membro participante da prática, sendo tão somente um estímulo para o comportamento dos praticantes.

A contingência de reforçamento ainda é parte da análise de uma prática cultural. Isso, pois a prática cultural se trata de “um conjunto de contingências de reforçamento entrelaçadas nas quais o comportamento e os produtos comportamentais de cada participante funcionam como eventos ambientais com os quais o comportamento de outros indivíduos interage” (Glenn, 1988, citado em Todorov & cols, 2005, pág. 134).

Ao analisar esse episódio utilizando a metacontingência como unidade de análise, deve-se atribuir a ele uma consequência comum à sociedade, que, então, seria o fim das feiticeiras. Desta forma, as contingências de reforçamento entrelaçadas,

anteriormente esquematizadas, formam uma unidade sobre a qual a conseqüência final retroage, selecionando-as. Ilustrando esse episódio, tendo a metacontingência como unidade de análise, tem-se:

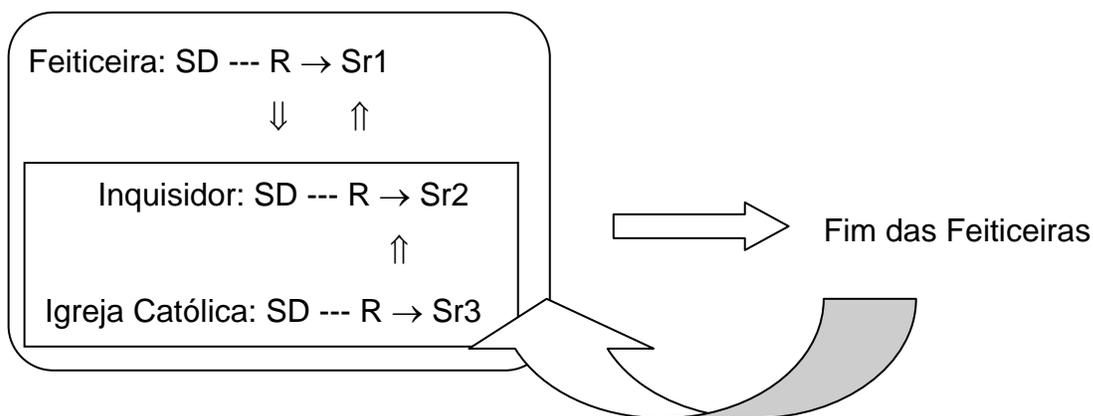


Figura 2: Representação do episódio da caça às bruxas tendo a metacontingência como unidade de análise (adaptação da Figura 4, pág. 135, em Todorov & cols, 2005)

Glenn (1991, citada em Todorov & cols, 2005) afirma ainda que:

A maior parte das práticas culturais tem um elemento adicional: elas envolvem dois ou mais indivíduos cujas interações produzem conseqüências para cada um deles individualmente e, além disso, cujo comportamento conjunto produz um produto agregado que pode ou não ter um efeito comportamental. Quando uma prática cultural envolve tais contingências comportamentais entrelaçadas e produtos agregados associados, está estabelecido o cenário para uma complexidade crescente no nível da análise cultural (pág. 134 – 135).

É importante dizer que as contingências entrelaçadas são selecionadas pelo produto agregado, ou seja, pela conseqüência comum à sociedade, mas que essa conseqüência pode não produzir efeito sobre o comportamento particular de todos os participantes de uma prática cultural. “Conseqüências culturais, no entanto, não selecionam comportamentos individuais, selecionam relações entre contingências comportamentais, compreendendo as práticas culturais. O comportamento de um indivíduo específico tem pouco efeito nas conseqüências culturais” (Todorov e cols, 2005, pág. 38) Portanto, os comportamentos, selecionados pelas contingências

individuais de reforçamento, em situações sociais ou não, entrelaçam-se em práticas culturais, e essas são selecionadas por seu produto agregado.

Capítulo 3 – Comportamento Verbal

O comportamento verbal é um comportamento operante como outro qualquer, ou seja, é um comportamento que não depende apenas de antecedentes para que ocorra, mas também de suas conseqüências para que seja mantido, e estaria contido na classe extensa da “comunicação” Baum (1999).

A partir da visão de Baum (1999), fica claro que o comportamento verbal sofre as mesmas influências externas que qualquer outro comportamento operante e, portanto apresenta maior probabilidade de acontecer em ambientes potencialmente reforçadores.

O que diferencia ambiente potencialmente reforçador, no caso do comportamento verbal, é que neste ambiente devem existir outras pessoas. Catania (1999) afirma que, o comportamento verbal envolve tanto o comportamento do ouvinte, modelado por seus efeitos sobre o comportamento do falante, como o comportamento do falante, modelado por seus efeitos sobre o comportamento do ouvinte. O conjunto de falantes e ouvintes que se reforçam e estimulam verbalmente, formam, então, uma comunidade verbal.

O que define um comportamento verbal é seu efeito sobre o ouvinte, se o comportamento emitido pelo falante exerceu controle sobre a resposta do ouvinte. Barros (2003) afirma que, “na análise funcional, a investigação da aquisição e manutenção de comportamento verbal está voltada necessariamente para o exame das contingências de reforçamento mantidas pela comunidade verbal” (Pág 76). Por esquemas de reforçamento diferenciais, é que a comunidade verbal modela o comportamento verbal.

Segundo Skinner (1953/2000), “o comportamento verbal sempre acarreta reforço social e deriva suas propriedades características desse fato” (Pág. 327), o que mostra a importância deste comportamento na análise dos fenômenos culturais. O comportamento verbal, em si, é considerado um comportamento social.

Glenn (1991, citado conforme Todorov & cols, 2005) afirma que os padrões de comportamento são, em grande parte, transmitidos de uma geração para outra por meio

do comportamento verbal. A Bíblia é um exemplo de como os padrões de comportamento aceitos pela Igreja Católica são passados de uma geração para outra.

O comportamento verbal pode ser visto como uma forma de ligação entre o comportamento de duas pessoas. Todorov e cols (2005) dizem que:

O comportamento verbal é uma ligação fundamental entre contingências e metacontingências, ao menos de dois modos. Primeiro, o comportamento verbal em forma de regras preenche o vácuo existente entre o comportamento e a consequência a longo prazo. (...) Segundo, é quando o reforçamento social fornece as consequências que mantém o comportamento sob controle das regras até o momento em que as consequências a longo prazo possam ser distinguidas (Todorov & cols, 2005, pág. 15).

O comportamento verbal pode, ainda mesmo, estabelecer contingências de suporte para contingências entrelaçadas.

Quando as contingências de suporte são verbais, as respostas verbais podem promover outras contingências por meio do que tem sido chamado de comportamento governado por regras (Skinner, 1969), ou mais recentemente, de comportamento governado verbalmente (Catania, 1999). O que é relevante aqui é que o comportamento verbal pode evocar pela primeira vez a emissão de outro comportamento (Todorov & cols, pág. 143).

As cartas dos papas aos inquisidores e os hinos cantados nos jogos de futebol pelas torcidas organizadas são alguns exemplos de como o comportamento verbal pode se apresentar em práticas culturais, ajudando em sua manutenção.

Mais claramente, o comportamento verbal é um comportamento operante que necessita da presença de outra pessoa, o ouvinte, para ser reforçado. Sendo esse ouvinte membro da mesma comunidade verbal do falante, ou seja, ouvinte e falante podem revezar os papéis, e se reforçarem mutuamente.

No seguinte episódio, por exemplo, mãe e filho almoçam juntos:

1. A mãe (falante) pede (R) que o filho (ouvinte) lhe passe o sal (Rs);
2. O filho reforça a mãe, dando-lhe o saleiro (R).

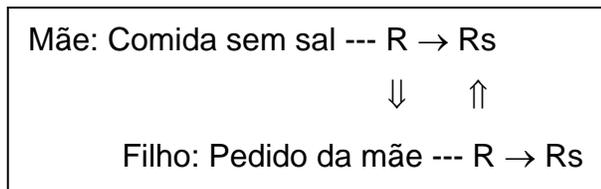


Figura 3: Representação de um episódio verbal simples entre um falante e um ouvinte.

Considera-se então que o comportamento da mãe – pedir sal – é um comportamento verbal, pois criou estímulos que modificaram o comportamento do filho – passar o sal. Se ao invés de mãe e filho, o falante for um cliente alemão em um restaurante na Itália, que não fala italiano, e o ouvinte for um garçom italiano que não fala alemão, um pedido verbal de “passe-me o sal” não configurará um comportamento verbal, já que não servirá de estímulo para o comportamento do ouvinte.

Nesse caso, o cliente poderia gesticular ou sinalizar para o garçom, apontando, ou do jeito que fosse possível, produzindo estímulo discriminativo para a ação do garçom. Dessa forma, o comportamento do cliente pode ser qualificado como um comportamento verbal. “De acordo com a definição, gestos e linguagem de sinais, embora não-vocais, seriam considerados como comportamento verbal, e comportamentos não-operantes, embora vocais, não seriam” (Baum, 1999, pág. 15).

Capítulo 4 – Comportamento Governado por Regras

Lembrando o que foi dito no capítulo 1, a cultura também compreende um conjunto de regras que controlam o comportamento. Elas podem ser passadas implícita ou explicitamente, por meio da escrita ou da fala. Assim que são passadas a diante, as regras funcionam como estímulo discriminativo em um certo ambiente (Baum, 1999)

A regra se origina em meio à exposição às contingências, ao longo da história. Primeiramente, os comportamentos são modelados pelas contingências, ou seja, pelos elementos naturalmente envolvidos em uma situação. Se em um dado momento alguém colocou a mão no fogo e se queimou, e essa experiência foi confirmada em outros momentos, estabelece-se como um fato que colocar a mão no fogo fará com que ela seja queimada. Ao comunicar o fato a outras pessoas, cria-se a regra: “se colocarem a mão no fogo, então ela será queimada” (Baldwin e Baldwin, 1986).

A regra pode também ser elaborada com o objetivo de controlar ou modificar o comportamento de alguém. Nesse caso, as regras podem vir em forma de conselhos ou ordens (Baldwin e Baldwin, 1986). Os conselhos, quando efetivos, são reforçados pelas conseqüências naturais do comportamento. Já as ordens são imposições, e seu seguimento é reforçado por seu autor em caso de obediência. Pode ser que um conselho vire uma ordem, se a pessoa que aconselha não obtém os resultados desejados inicialmente e possui poder social suficiente para ordenar. Por exemplo, uma professora percebe que um de seus alunos não está fazendo os deveres e que isso pode prejudicá-lo nas avaliações, então passa a aconselhá-lo a se dedicar mais. Se ele continua com a mesma postura, a professora pode então se apropriar do poder a ela conferido pela escola, e ordenar que ele faça os deveres atrasados sob pena de alguma punição.

As regras descrevem as contingências, resumindo explícita ou implicitamente relações “se... então...” de um evento, e, por conseguinte, quais as conseqüências de determinado comportamento. Segundo Baldwin e Baldwin (1986), a regra não precisa ser completa para que se fique sob controle discriminativo da contingência descrita.

Pela análise comportamental, a regra não é considerada elemento internalizado por quem a segue, mas como sendo parte do ambiente, representada por verbalizações. Ou seja, são estímulos discriminativos presentes no ambiente.

O comportamento governado por regras, segundo Baum (1999) “sempre envolve duas contingências: uma a longo prazo, a contingência última, e outra a curto prazo, a contingência próxima do reforço por seguir a regra” (Pág. 161). A contingência a longo prazo é a razão pela qual a regra foi colocada, enquanto que a contingência é a que mantém o comportamento sob o controle da regra.

Por exemplo, uma loja coloca um cartaz escrito “liquidação” na vitrine. Esse cartaz funciona como uma regra para os clientes. A contingência próxima seria uma redução dos preços, reforçadora para os clientes interessados nos produtos dessa loja. E, a contingência última seria a venda dos últimos itens no estoque, para que este seja renovado.

Skinner (1969, citado conforme Flores, 2004) exemplifica a regra de diversas formas, como “leis científicas, máximas e provérbios, resoluções e planos, modelos a serem imitados, instruções, padrões a serem seguidos e textos”, cita ainda, “a gramática, as normas religiosas, as normas éticas e leis governamentais, conselhos, avisos, comandos ou ordens, mapas, pedras como marcas no caminho, relógios, entre outros” (Flores, 2004).

Os exemplos apresentados por Skinner ampliam o conceito de regra anteriormente apresentado neste Capítulo. Flores (2004) propõe que o que define uma regra é a sua função. A autora sugere ainda as seguintes classificações para a regra, de acordo com as funções que lhes seriam atribuídas:

- Função de ensino: em que a regra vem para facilitar a aquisição de novos conceitos;
- Função de explicação: em que a regra vem para inserir o comportamento de alguém em um ambiente governado por regras – para explicar, por exemplo, o que é válido ou não em uma partida de futebol;
- Função de justificação: em que a regra vem para validar ações ou mesmo para criticar outras praticadas em ambientes governados por regras;

- Função de avaliação: em que as regras são padrões do que é certo, e servem, então, para avaliar o que correto ou não – como a Bíblia para os Católicos, que diz o que é sacro e o que é pecado;
- Função de definição: em que a regra vem para constituir ou normatizar as ações.

As classificações propostas foram dispostas nesse trabalho, por serem considerados instrumentos que facilitam a localização e o entendimento de uma regra e seu funcionamento em práticas culturais.

Segundo Flores (2004), um fator que contribui para importância que a regra possui, inclusive nas práticas culturais, é a generalidade a ela conferida. É do senso comum dizer que uma regra é aquilo que vale para todos. A regra de um jogo vale para todos os jogadores, em todas as partidas, sem exceção. As leis de uma sociedade valem para todos os cidadãos, e assim por diante. Nas práticas culturais, essa generalidade exerce um poder mantenedor de comportamentos. Se o grupo possui uma regra, e o indivíduo faz parte desse grupo, ele também deve segui-la, goste ou não.

Como visto no exemplo das torcidas organizadas, apresentado no Capítulo 1, os quadros administrativos das torcidas elaboram estratégias e táticas de ataque e defesa para os momentos de conflito com torcidas rivais. Essas estratégias e táticas são regras, com a função de constituir e normatizar as ações que devem ser tomadas no momento do conflito.

O seguimento das regras é um comportamento modelado. Desde muito cedo, aprende-se a seguir regras. Baum (1999) afirma que, “esse seguir regras faz com que o mundo continue. (...) Sem o seguimento de regras, as possibilidades de cultura seriam na verdade limitadas. Com ele, práticas complexas (...) podem existir e ser transmitidas” (Pág. 166).

Refletindo, comportamentos individuais dentro de um grupo podem criar, por meio de repetição, um padrão de ação e, por fim, uma regra agregada ao grupo. Interesses comuns de uma sociedade podem ser transformados em uma meta que, verbalizada aos cidadãos, vira uma regra a ser seguida por todos. Interesses de um líder, impostos a uma sociedade é uma regra, seja pela concordância social, seja pela fuga das conseqüências punitivas que sua desobediência pode trazer. Enfim, a origem

de uma regra não importa – a não ser para a avaliação de sua pertinência – e sim sua função, ou melhor ainda, a relevância atribuída a ela dentro de um grupo.

Capítulo 5 – Fanatismo

Dar nome às coisas, conceituar, é um procedimento comum ao homem, e é um comportamento que facilita a comunicação. Só se pode ensinar a alguém o que é vermelho e o que é amarelo quando se domina o conceito dessas duas cores. Só se pode falar para o médico onde está doendo quando se conceitua dor e as partes do corpo. Esses conceitos são invenções do homem. São palavras – dor, amarelo, vermelho – originalmente destituídas de qualquer significado, utilizadas para nomear o que é passado pelos sentidos (temperaturas, cores, texturas, sons, sabores, odores), pensamentos, comportamentos etc., que passam, então, a “carregar” significados.

Barros (2003) comenta o intraverbalizar, uma categoria de operantes verbais, em que elementos verbais são conectados “de modo correspondente às conexões que a cultura particular ou o mundo físico fazem entre os elementos verbais e não-verbais” (Pág. 78). Ou seja, a conexão entre as palavras é determinada pela comunidade verbal, numa tentativa de verbalizar relações entre eventos físicos ou culturais. Apesar dessa colocação parecer lógica ou mesmo irrelevante, pretende-se com ela mostrar que palavras como fanatismo ou fanático são também invenções do homem para dar nome a um tipo de comportamento ou a pessoas que se comportam de uma forma específica.

Fanatismo foi conceituado por Pinsky e Pinsky (2004) como: “a exaltação que leva indivíduos ou grupos a praticar atos violentos contra outras pessoas, baseados na intolerância e na crença em verdades absolutas, para as quais não admitem contestação” (Pinsky & Pinsky, 2004, pág. 11). Já fanático foi conceituado como “aquele que acredita que o fim, qualquer fim, justifica os meios” (Amós Oz, citado em Pinsky & Pinsky, 2004, pág.11).

Os exemplos mostrados no Capítulo 1, originalmente apresentados por Pinsky e Pinsky (2004), são exemplos de práticas culturais que, socialmente, são conceituadas como fanáticas. O fanatismo religioso – exemplificado com o caso da caça às bruxas –, segundo os autores, utilizaria a religião como “explicação/pretexto para perseguições, torturas e assassinatos em diversos momentos da história” (Pinsky & Pinsky, 2004, pág.12), e os praticantes se considerariam iluminados, escolhidos por Deus como

instrumento para a manifestação de sua vontade, e que, por isso, o fim justificaria os meios.

Já no fanatismo relacionado ao esporte, especificamente no caso das torcidas organizadas, Pinsky e Pinsky (2004) afirmam que:

Compreender a ação das torcidas organizadas é reconhecer, como uma das possibilidades que seus filiados são atraídos pela banalização da violência e da transgressão às regras estabelecidas na sociedade; e que, embora sejam cumpridores de diversos papéis sociais – são filhos, pais, estudantes e trabalhadores –, uma vez em grupo, abandonam os papéis de cidadãos discretos e se transformam em agressores e arruaceiros (Pinsky & Pinsky, 2004, pág. 279).

Da mesma forma que amarelo e vermelho são classificadas como cores, e, então, reconhecidas como tal, os associados às torcidas organizadas são classificados como fanáticos, e a eles são atribuídos, instantaneamente, as características apresentadas por Pinsky e Pinsky (2004). Assim como os manuais de caça às bruxas, produzidos pelos inquisidores, ensinavam a sociedade como identificar feitiçarias e feiticeiras, conceitos como esse, das torcidas organizadas e seus associados, ensinam a sociedade do século XXI os males que elas representam.

No dicionário Aurélio (1999), fanatismo vem definido como “qualidade, caráter, espírito ou procedimento de fanático” (Pág. 877). Ainda, define-se fanático como:

1. Que se considera inspirado por uma divindade, pelo espírito divino; iluminado.
2. Que tem zelo religioso cego, excessivo; intolerante.
3. Que adere cegamente a uma doutrina, a um partido; que é partidário exaltado; faccioso.
4. Que tem dedicação, admiração ou amor exaltado a alguém ou algo; entusiasmado, apaixonado (Pág. 877).

Observa-se que a primeira definição apresentada, de Pinsky e Pinsky, atribui a violência como fator diretamente agregado ao fanatismo, enquanto que a definição dada pelo dicionário trata da exaltação dos atos, quaisquer, do “fanático”. Dessa forma, pode-se dizer que, por exemplo, um homem que paga o dizimo da igreja que frequenta, ao invés de pagar o aluguel de onde mora, age de forma “fanática”. Essa atitude, porém, não se refere, de nenhuma maneira, a atos violentos contra outras pessoas.

O objetivo aqui não é fazer uma crítica aos autores, nem à sua obra. Mas sim ponderar que conceitos como esse funcionam como uma regra. Quando se denomina um fato como fanatismo, soma-se a ele, por regra, todos os adjetivos contidos na definição do que é um ato fanático – e no caso específico dos autores Pinsky e Pinsky, a violência é o principal atributo associado aos “fanáticos”. Além disso, retira-se o indivíduo do contexto, focando apenas o produto agregado das práticas de um grupo.

Skinner (1953/2000) afirma que é o indivíduo que se comporta, e é o comportamento do indivíduo que explica os feitos do grupo. Não se deve, portanto, conceituar o indivíduo com base no que se percebe do comportamento de um grupo, do qual ele faça parte. A questão é mais complexa, pois o comportamento de um indivíduo envolve contingências individuais, regras sociais entre outros fatores situacionais.

Todorov e cols (2005) afirmam que as “conseqüências culturais não selecionam comportamentos individuais, selecionam relações entre contingências comportamentais, compreendendo as práticas culturais” (Pág. 38). O grupo se comporta e produz conseqüências comuns a todos. Elas são comuns a todos porque provocam mudanças na forma com que o grupo se comporta. Isso não significa que todos os indivíduos pertencentes a ele terão seus comportamentos afetados diretamente por essa conseqüência.

Para um melhor entendimento do que se propõe, os dois exemplos apresentados anteriormente (Caça às Bruxas e Torcidas Organizadas) serão brevemente analisados como comportamentos sociais, observando-se o ambiente, as regras, os indivíduos, as metacontingências e contingências individuais hipotéticas envolvidas em cada situação.

A Caça às Bruxas

Montando um panorama do contexto ambiental em que a caça às bruxas ocorreu obtém-se:

- Enfraquecimento da Igreja Católica como instituição cultural;
- O papel da mulher na visão cristã daquele período;
- Surgimento de novas religiões Cristãs;
- Desenvolvimento da medicina oficial;

- Alta taxa de mortalidade neonatal;
- Privações, pestes e epidemias.

Os sujeitos dessa análise seriam: os inquisidores, a Igreja Católica e seus seguidores, as mulheres, os judeus convertidos, os mouros, escravos, índios e cristãos-novos (sendo esses três últimos referentes à caça às bruxas no Brasil, no período da colonização), divididos em dois grupos: os caçadores e as feiticeiras.

As regras seriam fornecidas pela Igreja e seus representantes, com os dizeres da Bíblia, ordens Papais, instruções clericais, os manuais da caça às bruxas – com seus conceitos do que era feitiçaria e de como identificar as feiticeiras – dos inquisidores. Algumas compreendidas seriam:

- A mulher partilha da natureza fraca e pecadora de Eva;
- Apenas a maternidade a redime de sua força pecadora natural;
- O demônio utiliza-se de disfarces e instrumentos para atacar a humanidade;
- Os mouros, judeus convertidos e as mulheres são instrumentos do demônio;
- A mulher é o agente privilegiado de Satã;
- Mulheres estéreis são amaldiçoadas;
- A mulher faz com que homens tornem-se idólatras, hereges;
- A morte de rebentos não batizados era provocada por feiticeiras;
- As feiticeiras devem ser acusadas, presas e exterminadas.

Além dessas regras, diga-se oficiais, agregadas à Instituição Católica, outras surgiram na sociedade ao longo da prática, tais como:

- A mulher finge submissão para praticar feitiçaria;
- A impotência masculina é fruto de feitiçaria;
- As derrotas militares são causadas por feitiçaria;
- As feiticeiras devoram crianças;
- Pragas nas plantações são feitos de bruxas;
- Derrotas militares são causadas por feiticeiras.

Essas regras eram ensinadas e seguidas pelos católicos, justificadas, inclusive, por regras antecedentes – de obediência à palavra Deus, por exemplo –, difundidas

socialmente. Essas regras agora parecem infundadas, ignorância social, mas naquele período, naquele ambiente, elas se aplicavam e, possivelmente, se mostravam socialmente válidas.

Tentando ilustrar essa situação, esquematiza-se a relação entre Feiticeiras (A), Inquisidores (B) e a Igreja católica (C) e a sociedade (D), permeados pelo ambiente, suas regras, e as conseqüências de seus comportamentos:

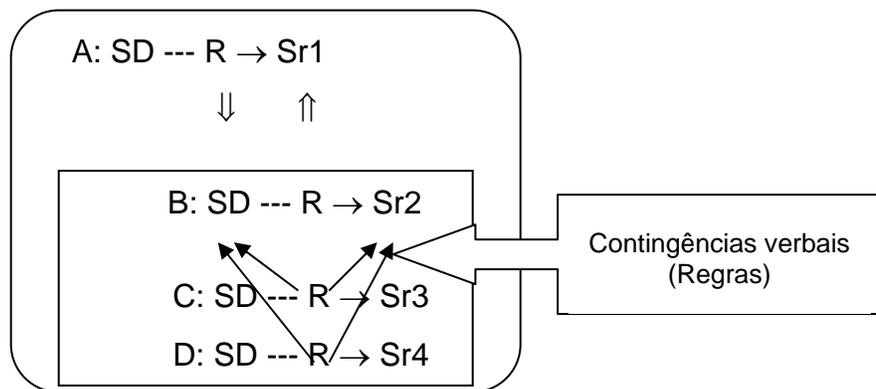


Figura 4: Representação das contingências verbais impostas aos Inquisidores (adaptada da Figura 5, pág 143, em Todorov e cols, 2005).

No esquema, pode-se perceber que as regras fazem o papel de contingências verbais que baseiam as contingências entrelaçadas. Cumprindo a função de definição, as regras mostram para o inquisidor qual comportamento ele deve ter frente à feiticeira. O comportamento de prender, por exemplo. E, ainda, a regra serve como reforçador para esse comportamento do inquisidor, avaliando-o como correto.

Ser reconhecido pela Igreja era um grande reforço social naquela época, pois, apesar de seu enfraquecimento, a Igreja Católica era a Instituição cultural de maior influência. Na sociedade católica, por tanto, o inquisidor deveria ter status quase que de um herói.

Nesse caso, devido aos fatores componentes do ambiente, pode-se inferir que “o fim da feitiçaria” não seria o único produto agregado objetivado pelos praticantes. Considerando então que o principal produto agregado a essa prática fosse o fortalecimento da Igreja Católica como instituição cultural, ilustra-se da seguinte forma a prática cultural de caça às bruxas:

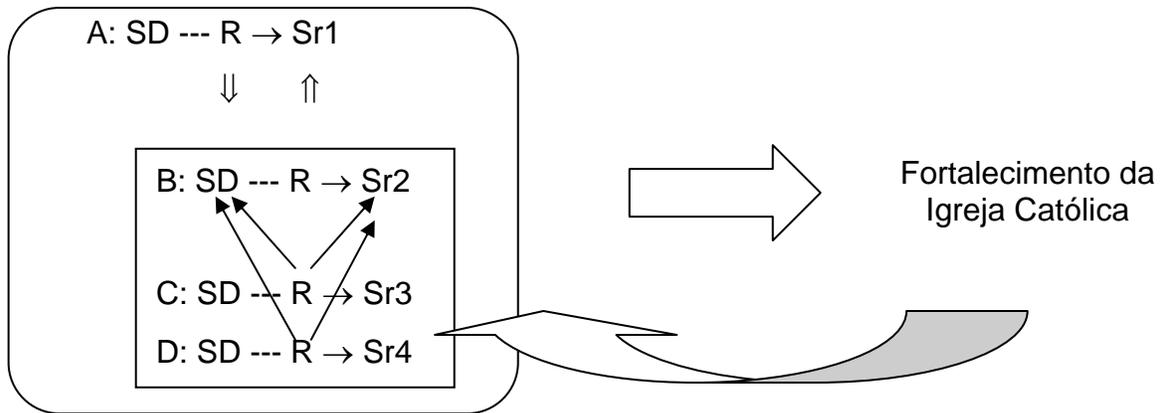


Figura 5: Esquema da prática cultural de caça às bruxas, tendo a metacontingência como unidade de análise (adaptado da figura 4, pág. 135, e da figura 5, pág. 143, em Todorov & cols, 2005).

Quanto maior o número de bruxas caçadas, maior a validade das regras, e maior o fortalecimento da Igreja Católica como instituição cultural. Por conseqüência, o fortalecimento da Igreja Católica aumenta o valor social de seus preceitos, de suas regras, aumentando, por fim, a validade dessa prática cultural.

A cultura, altamente influenciada pela Igreja católica e seus preceitos – num ambiente em que privações, epidemias, pragas e pestes eram fatores constantes, num período em que as ciências se desenvolviam timidamente –, continha regras que modelavam e selecionavam o comportamento dos indivíduos. As regras estabeleceram naquela ocasião: um culpado para tudo que não se podia explicar e uma forma de combater esse culpado.

A partir do século XVIII, com a influencia de uma filosofia humanista e do racionalismo das ciências naturais, em evidencia após o Renascimento Cultural, houve uma diminuição da freqüência da prática de caça às bruxas. Os fenômenos passaram a ser explicados de forma racional, com bases experimentais. Em conseqüência, as regras fundamentadas em preceitos bíblicos passaram a ser questionadas, bem como a validade da prática de caça às bruxas em si (Pinsky & Pinsky, 2004).

Com essa mudança cultural (e, portanto, de regras) e o desenvolvimento de outras religiões Cristãs, como a Protestante (ou Evangélica) e a Presbiteriana, a Igreja Católica perdeu boa parte da autoridade e influência que possuía. E com ela, a caça às bruxas foi enfraquecendo. Em outras palavras, houve uma modificação nas

contingências individuais entrelaçadas, e então, na metacontingência que governava a prática de Caça às Bruxas.

As Torcidas Organizadas

Já no caso das torcidas organizadas, existem grupos independentes, organizados burocraticamente, que se confrontam ocasionalmente. Cada grupo tem uma forma de funcionamento distinto, seguindo regras elaboradas desde sua origem.

As práticas de uma torcida organizada são as mais diversas. Os confrontos, mais explorados pela mídia, são um ponto e não resumem as práticas das torcidas. Os associados se reúnem para assistir aos jogos, organizam viagens, confeccionam camisetas, faixas e bandeirões, enfim, possuem uma sociabilidade maior que as idas aos estádios.

Para uma análise das práticas sociais de uma torcida organizada, será considerado como produto agregado, a dominância da torcida organizada dentro dos estádios, não só sobre as dos times rivais como também sobre as outras torcidas do time defendido. O produto agregado hipotético pode ser fundamentado pela fala do presidente da torcida “Mancha Verde”, quando diz que com todas as atitudes tomadas por eles, a “Mancha Verde” conseguiu seu espaço e o respeito das demais torcidas.

Pode-se começar a análise por uma prática mais simples, como a confecção de uma camiseta estampada com o símbolo da torcida organizada. Tem-se então a seguinte situação:

1. Um associado (A) faz um desenho utilizando o símbolo da torcida (R1), para estampar a camiseta;
2. Outros associados (B) aprovam o desenho para a camiseta (R2);
3. Os administradores (C) recolhem dinheiro junto aos associados (R3), para comprar as camisetas e mandá-las para a malharia;
4. Os administradores (C) compram as camisetas (R4);
5. Os administradores (C) mandam as camisetas para a malharia (R5);
 - Camiseta feita;
6. A torcida (TO) usa a camiseta em um jogo (R6);

7. A televisão (TV) mostra a torcida no jogo (R7), usando a camiseta.

A situação foi finalizada dessa forma, para a análise, pois a aparição da torcida organizada na transmissão de um jogo pela televisão, foi avaliada como um fato que aumentaria o reconhecimento da torcida na sociedade. E isso aumentaria a possibilidade de novos associados e o crescimento da torcida organizada.

Ilustrando a situação acima esquematizada, tem-se:

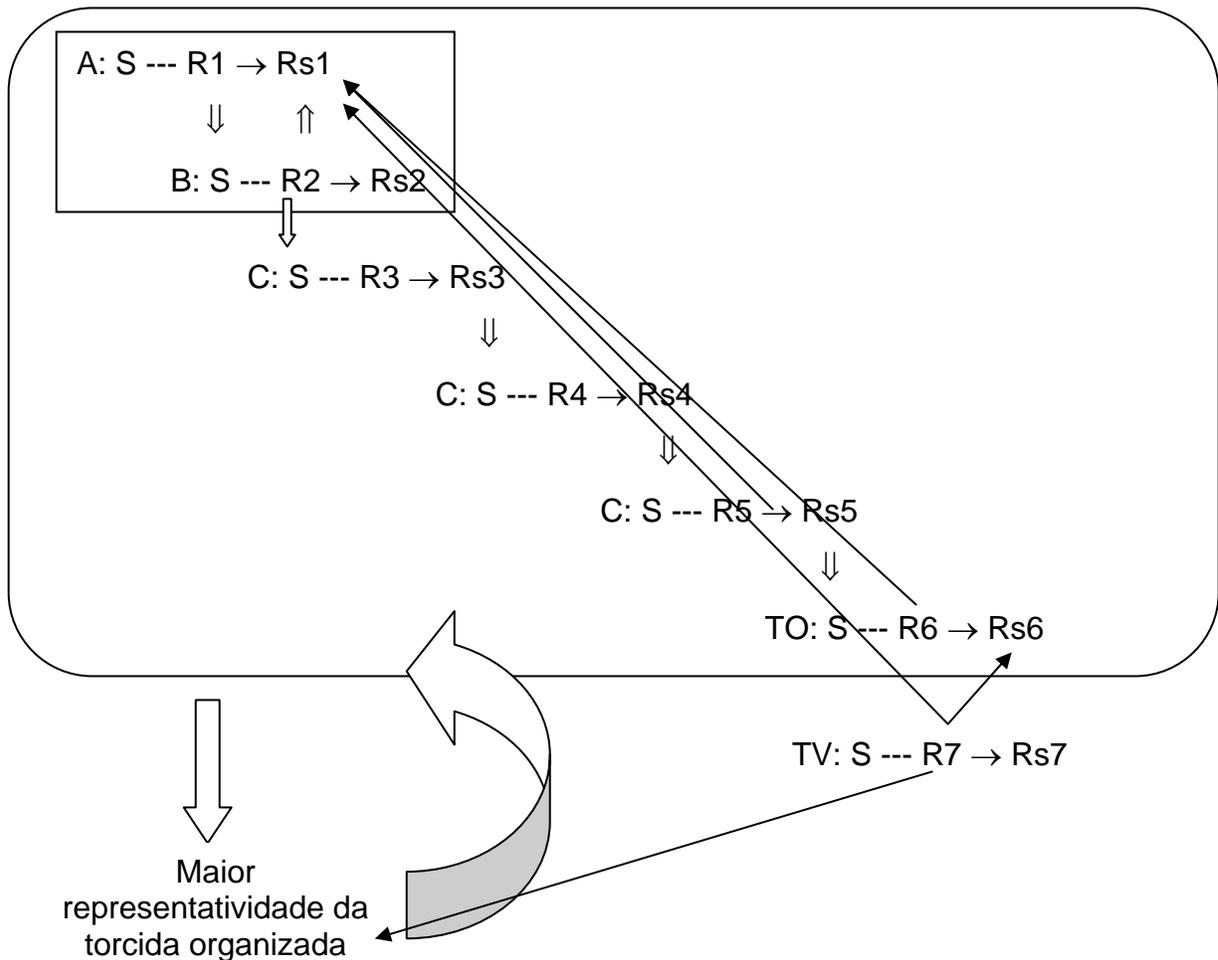


Figura 6: Ilustração da prática de confecção de uma camiseta de torcida organizada, tendo a metacontingência como unidade de análise.

Nota-se que essa simples prática, ao mesmo tempo em que reforça a participação do associado (A), que desenhou a estampa, contribui para uma maior representatividade social dessa torcida organizada. Assim, a torcida passa a ter seu nome associado ao nome do time, sobressaindo às outras torcidas desse mesmo time.

Se uma torcida organizada sobressai às outras que defendem o mesmo time, é mais provável que os interessados se associem a ela e não às outras torcidas. Por conseguinte, se o número de associados aumenta, aumenta a ocupação territorial dentro do estádio, e a torcida passa a ser dominante.

Seguindo o raciocínio apresentado na ilustração, a violência, tão disseminada socialmente como prática maior das torcidas organizadas, passa a ser vista como mais um instrumento utilizado pelos associados, em busca do produto agregado proposto.

Os atos violentos, além de intimidarem as torcidas adversárias e as coligárias, colocam a torcida organizada em evidência social, por meio da mídia. Pode-se notar, inclusive, que a prática violenta retroage da mesma forma que outras práticas. Se um grupo de associados é violento e isso repercute favoravelmente sobre a torcida em geral, atos violentos passam a ser instrumentos válidos para os outros associados.

Pode-se pensar na seguinte situação: jogo dos times A e B, “clássico” do futebol, transmitida ao vivo, nacionalmente, pela mídia. No estádio, Torcida Organizada A e Torcida Organizada B, uniformizadas, dispendo de bandeirões, faixas e rojões, cantando hinos para provocar-se mutuamente. Time A ganha a partida. Torcida Organizada A aumenta o nível de provocações sobre a Torcida Organizada B, que inicia um conflito. O conflito, então, é transmitido pela mídia (televisão), aumentando a visibilidade social, tanto da Torcida Organizada A, como da Torcida Organizada B.

Esquemmatizando essa situação, a partir do momento em que o Time A ganhou a partida, tem-se:

1. Time A (TA) faz o gol (R1) que leva à sua vitória (Rs1);
2. Torcida Organizada A canta hinos (R2) para provocar a Torcida Organizada B (Rs2);
3. Torcida Organizada B lança rojões (R3) contra a Torcida Organizada A, que corre (R4 / Rs3) para se proteger (Rs4);
4. Torcida Organizada A revida jogando pedras – ou outros objetos – (R5) na Torcida Organizada B, que também corre (R6 / Rs5) para se proteger (Rs6);
5. A mídia (TV) expõe o conflito das Torcidas A e B (R7).

Ilustrando a situação acima proposta, tendo o aumento da representatividade das torcidas, tanto A como B, como produto agregado da prática, pode-se observar:

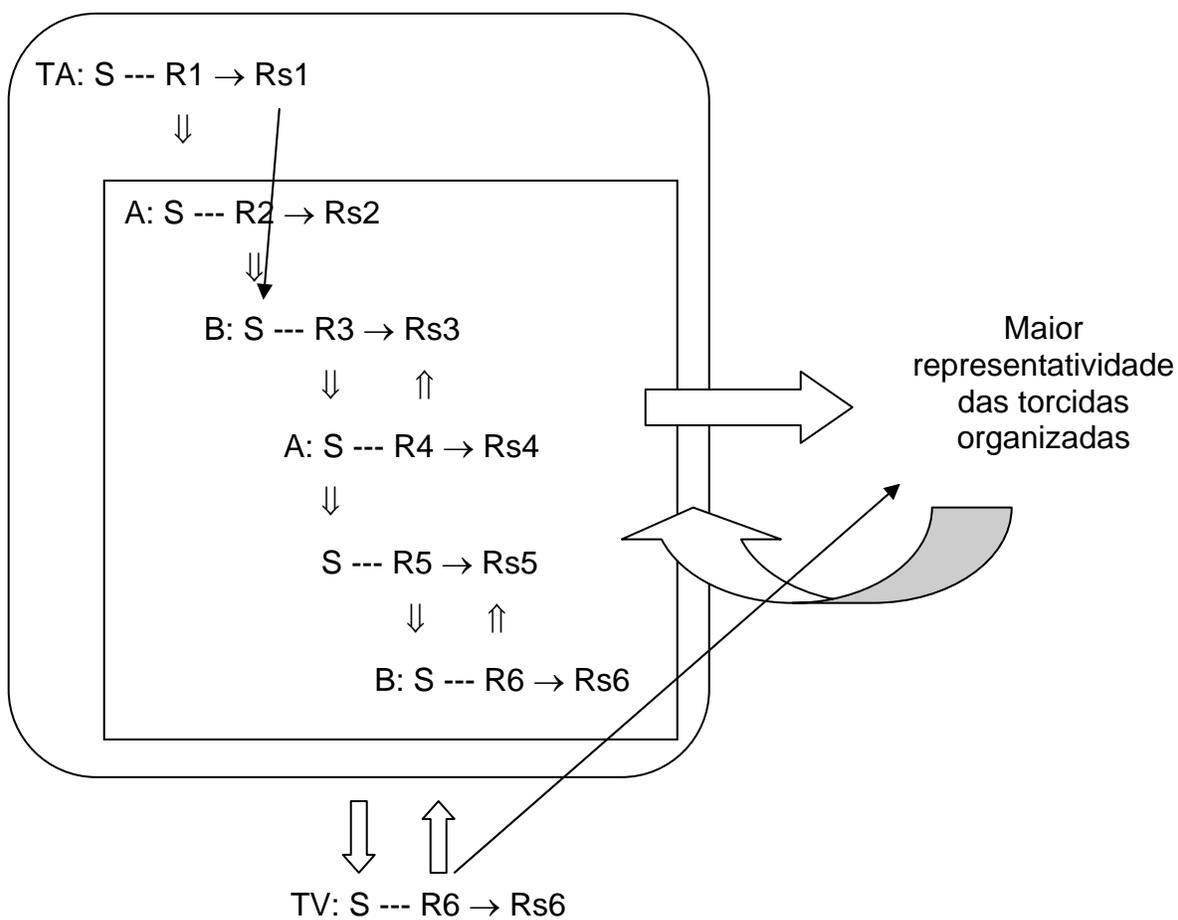


Figura 7: Ilustração de uma situação de conflito entre Torcidas Organizadas A e B, tendo a metacontingência como unidade de análise.

O conflito em si já se torna reforçador para as duas torcidas, em razão da resposta imediata dada pela mídia. Além disso, o grau de danos provocados pelo conflito se mostra diretamente proporcional ao grau de exposição que o caso “conflito: Torcida A X Torcida B” obterá na mídia. Ou seja, quanto mais violento for um conflito, maior será a representatividade das torcidas organizadas.

Tanto no exemplo da caça às bruxas quanto no exemplo das torcidas organizadas, a violência foi um fator constante. Comumente, as práticas definidas socialmente como fanáticas, envolvem atos violentos e eles são tomados como

características primárias de constituição do grupo. Mas, ao desviar o foco da violência, descobre-se que diversos outros fatores contribuem tanto para a origem quanto para a manutenção de uma prática cultural como essas, e melhor, que a violência por si só não é o principal atrativo nelas contido.

Bertrand Russell (2004) propôs que a essência do fanatismo seria privilegiar um dado problema em detrimento a qualquer outro. Exemplifica o fanatismo com as seguintes circunstâncias:

Os bizantinos, nos dias que precederam a conquista turca, entendiam ser mais importante evitar o uso do pão ázimo na comunhão do que salvar Constantinopla para a cristandade. Muitos habitantes da península indiana estão dispostos a precipitar o seu país na ruína por divergirem numa questão importante: saber se o pecado mais detestável consiste em comer carne de porco ou de vaca. (...) Durante a Primeira Guerra Mundial, os escoceses sabatários, a despeito da escassez de víveres (mantimentos) provocada pela atividade dos submarinos alemães, protestavam contra a plantação de batatas ao domingo e diziam que a cólera divina, devido a esse pecado, explicava os nossos malogros militares (Russell, pág.1).

Percebe-se que nem um dos exemplos apresentados por Russell trata de atos violentos, e nem por isso deixam de ser práticas potencialmente definíveis como fanáticas. É evidente que algumas regras são supervalorizadas e seguidas à risca, enquanto que outras são desprezadas. Regras, diga-se, institucionalizadas sobressaem às regras naturais, ou ainda, a valorização das regras é ajustada à valorização dada à instituição que as impôs.

No caso dos habitantes da península indiana, por exemplo, as regras religiosas são consideradas mais importantes que as regras naturais de sobrevivência. Sofrem privações por seguirem a regra religiosa de que comer carne de porco ou vaca é pecado. Ainda, o indivíduo que ignorar a regra, e se alimentar de carne de porco ou vaca, nessa cultura, provavelmente sofrerá punições sociais sérias.

Enfim, voltando a ponderar sobre a conceituação do que é fanático e/ou fanatismo, observa-se que há um erro na formação desses conceitos quando se determina a violência como fator discriminativo de um conjunto de práticas culturais.

Isso porque, obviamente, nem toda prática “fanática” diz de atos violentos, e nem todo ato violento diz de práticas “fanáticas”.

Conclusão

Para falar do fanatismo como um comportamento social, deve-se primeiramente entender o que é a cultura e como ela funciona, influenciando o comportamento dos indivíduos e sendo influenciada por eles. A cultura se modifica ao longo da história, também suas regras e, conseqüentemente, o comportamento das pessoas, seja pelo encontro com outras culturas, seja pela ocorrência de fenômenos marcantes ou pelas metacontingências.

Os fenômenos conceituados como movimentos “fanáticos” geralmente são associados aos comportamentos violentos. Uma explicação possível é que os movimentos sociais em que há grande violência, perseguição, mortes, etc, se tornam fenômenos marcantes em uma cultura, que são lembrados e passados a diante como exemplo. Na cultura Judaica, por exemplo, o racismo anti-semita de Hitler e o genocídio por ele ordenado são fenômenos marcantes, que fazem parte de sua história.

O que não se deve fazer é reduzir esses fenômenos à violência. Cada um teve um contexto político, histórico, econômico que favoreceram sua ocorrência. As pessoas neles envolvidos, de uma forma ou de outra, ali estavam porque lhes convinha naquele momento, por motivos particulares impossíveis de determinar.

Não é a violência de um ato que o define como fanático. Pode-se aceitar como extrema, uma prática em que regras naturais – referentes às necessidades primárias humanas, como alimento, água, sexo, entre outras – sejam subjugadas às regras idealizadas por pessoas (líderes) ou instituições, em via de interesses pessoais, econômicos, políticos etc., sem questionamentos funcionais.

Espera-se que as análises, realizadas nesse trabalho de conclusão de curso, tenham clarificado um pouco mais que várias contingências estão envolvidas nos comportamentos sociais; que apesar da prática cultural possuir um produto agregado, uma conseqüência a longo prazo comum a todos, cada pessoa se comporta governado por contingências individuais de reforçamento.

O objetivo desse trabalho não foi o de defender atos de violência, ou tratá-los como justificáveis, mas sim ponderar que não é a violência que caracteriza um ato como extremo, ou mesmo “fanático”. O presente trabalho buscou discutir que, a

rotulação de práticas culturais como práticas “fanáticas” acaba por reduzi-las à práticas infundadas, bárbaras, em que as únicas conseqüências são o prejuízo significativo da liberdade e o atentado a vida.

Lamenta-se a limitação de tempo e recursos que impossibilitou coleta empírica de informações pertinentes ao assunto. Essa coleta poderia auxiliar na discussão de outros fatores contidos nas práticas das torcidas organizadas, mais especificamente. Por se tratar de uma prática contemporânea, a atuação das torcidas organizadas é assunto comum na mídia, que divulga os fatos mais graves, de grande apelo social, enfim, de violência, de forma generalizada.

Considera-se que os objetivos, propostos nesse trabalho de conclusão, foram cumpridos, já que foi possível analisar práticas ditas “fanáticas”, exemplificadas por fatos históricos, como comportamentos sociais – utilizando a metacontingência como unidade de análise. Todavia, fica pendente a análise das contingências individuais entrelaçadas nessas práticas culturais.

Bibliografia

- Andery, M. A. P. A., Micheletto, N., Sérgio, T. M. A. P. (2004/2005). A Análise de Fenômenos Sociais: esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. Em J.C. Todorov, R.C. Martone, M.B. Moreira (2005). *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. (pp. 129-147) São Paulo: ESETec Editores Associados.
- Baldwin, J.D. & Baldwin, J.L. (1986). *Princípios do Comportamento na Vida Diária*. Universidade da Califórnia, Santa Bárbara. Prentice Hall. Inc – Englewood Cliffs, New Jersey.
- Barros, R.S. (2003). Uma Introdução ao Comportamento Verbal. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, vol 5 (1), 73 – 82.
- Baum, W.M. (1999). *Compreender o Behaviorismo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Catania, A.C. (1999). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: ArtMed.
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Aurélio século XXI: O dicionário da Língua Portuguesa* (3a. ed. rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Flores, E. P. (2004). The concept of rule in everyday language and in the Experimental Analysis of Behavior. *Estud. Psicol. vol.9 (2)*. Recuperado em 29 de Outubro de 2005, da SciELO (Scientific Electronic Library On Line): www.scielo.br
- Glenn, S. (1986/2005). Metacontingências em Walden Dois. Em J.C. Todorov, R.C. Martone, M.B. Moreira (2005). *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. (pp.13-28) São Paulo: ESETec Editores Associados.
- Laraia, R. B. (2000). *Cultura: um conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Millenson, J.R. (1967). *Princípios de Análise do Comportamento*. Brasília: Coordenada.
- Pimenta, C. A. M. (2000). Violência entre torcidas organizadas de futebol. *Perspec. vol.14 (2)*. Recuperado em 05 de Novembro de 2005, da SciELO (Scientific Electronic Library On Line): www.scielo.br
- Pinsky, J. & Pinsky, C.B. (2004) *Faces do Fanatismo*. São Paulo: Contexto.

- Ribeiro, L. C. (2002) Brasil: futebol e identidade nacional. *Efdeportes, Revista Digital – vol. 8 (56)*. Recuperado em 05 de Novembro de 2005, da URL: <http://www.efdeportes.com/efd56/futebol.htm>
- Russell, B. (2004). A Essência do Fanatismo. Em Citador. Recuperado em 17 de agosto de 2005, da URL: <http://citador.weblog.com.pt/arquivo/124658.html>
- Skinner, B. F. (1953/2000) *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes.
- Todorov, J.C., Moreira, M.B. (2005). Análise Experimental do Comportamento e Sociedade: um novo foco de estudo. Em J.C. Todorov, R.C. Martone, M.B. Moreira (2005). *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. (pp. 37-44) São Paulo: ESETec Editores Ass